

A DIMENSÃO DOS CUSTOS DA CRIMINALIDADE EM CURITIBA

EVANDRO CAMARGOS TEXEIRA¹
MAURÍCIO AQUIAR SERRA²

Resumo

Este artigo objetiva estimar os custos da criminalidade em Curitiba através da metodologia de contagem, que leva em consideração as perdas e os gastos de toda a sociedade em decorrência do crime. Os custos da criminalidade foram divididos em três categorias específicas: encargos públicos (encargos privados indiretos), encargos privados diretos e perdas sociais. Os resultados demonstram que o crime atinge de forma considerável o bem-estar social da população curitibana na medida em que os custos da criminalidade foram equivalentes a 2,26% do Produto Interno Bruto (PIB) de Curitiba em 2002.

Palavras-chave: Criminalidade; Curitiba; Metodologia de Contagem.

Abstract

This article aims at estimating the costs of criminality in Curitiba through the counting methodology, which takes into consideration the whole society's losses and expenses of crime. The costs of criminality were divided into three specific categories: public charges (indirect private charges), direct private charges and social losses. The results show that crime impacts considerably the social welfare of the population of Curitiba insofar as the costs of criminality were estimated at 2,26% of Curitiba's Gross Domestic Product (GDP) in 2002.

Keywords: Criminality, Curitiba, Counting Methodology.

Introdução

O avanço da criminalidade em todas as partes do mundo tem acar-

retado uma perda de bem-estar social em um grande número de países. Deste ponto de vista, os governos alocam cada vez mais recursos no combate e prevenção ao crime, e os cidadãos recorrem cada vez mais aos gastos com equipamentos profissionais de segurança. Todo este montante gasto com a criminalidade poderia ser canalizado em prol do desenvolvimento econômico, ou mais especificamente em setores prioritários como educação e saúde, com ganhos para toda a sociedade.

De fato, a quantificação dos custos decorrentes dos crimes é um tema cada vez mais relevante para as sociedades, uma vez que a mensuração, ao possibilitar o dimensionamento da perda de bem-estar social ocasionada pela violência, se configura numa importante ferramenta na formulação e na implementação de políticas públicas de governos.

O presente artigo objetiva estimar os custos da criminalidade em Curitiba, cujos indicadores de criminalidade, embora não a situem entre as capitais brasileiras mais violentas, mostram claramente que o crime violento tem avançado de forma exponencial nas últimas décadas.

A metodologia utilizada para se estimar os custos da criminalidade em Curitiba é a de contagem, que possibilita a mensuração dos gastos e perdas de toda sociedade em função da atividade criminal como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) de uma determinada localidade. A criminalidade abordada neste artigo está relacionada a três tipos de

violência: a intencional, a social e a urbana. Isto significa que o artigo está centrado nos atos em que houve intenção de se cometer o delito, entre pessoas que não se conhecem e ocorridos no meio urbano. Especificamente em relação à violência intencional, os falecimentos em decorrência de suicídios não são contemplados na medida em que eles estão além do escopo deste artigo.

Em função deste objetivo, o presente artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção, uma revisão da literatura dos custos da criminalidade é realizada com um duplo propósito: explicitar o caso brasileiro, e, ao mesmo tempo, a metodologia de contagem, que serviu de base para a estimação dos custos econômicos da violência no Brasil. Na seção seguinte, tendo como parâmetro a taxa de homicídios por 100.000 habitantes, o nível de criminalidade nas capitais brasileiras é apresentado de forma a explicitar a posição ocupada pela capital paranaense perante as outras capitais brasileiras. A terceira seção tem como foco os custos da criminalidade em Curitiba, que são divididos em três categorias específicas: encargos públicos (encargos privados indiretos), encargos privados diretos e perdas sociais. Além da divisão, os custos de cada categoria são estimados e analisados. Os custos totais da criminalidade em Curitiba como proporção do PIB em 2002 são apresentados na quarta seção. Por fim, são tecidas as considerações finais na última seção.

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora

² Ph.D. em Desenvolvimento Econômico pela London School of Economics and Political Science. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR). E-mail: serra@ufpr.br.

Uma Sucinta Revisão da Literatura dos Custos da Criminalidade

Na tentativa de se mensurar o quanto a criminalidade custa para uma dada sociedade, surgiram várias formas de medição. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) definiu dois enfoques possíveis a serem usados: o enfoque parcial e o enfoque global (BUVINIC & MORRISON, 2001).

O enfoque parcial é utilizado quando é impossível a implementação do enfoque global, seja pela falta de dados ou complexidade da metodologia; ou quando se requer ressaltar um impacto específico da violência. Os primeiros trabalhos, que visavam medir os custos da criminalidade, utilizaram tal enfoque e foram elaborados na década de 1970 pelo CESDIP (*Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales*). Os primeiros trabalhos realizados foram relativos à valoração da vida humana, tendo como base as perdas na produção diferenciadas por idade, sexo e ocupação dos indivíduos. Já o enfoque global tem como objetivo estimar a totalidade dos custos da violência. Dentro deste enfoque, foram desenvolvidas três metodologias pelo (BID): contagem, preços hedônicos e valoração contingente.

Na metodologia de contagem³, empregada neste artigo, as categorias de custos são especificadas previamente, sendo que o resultado global é a agregação das mesmas. Esta metodologia tem a vantagem de só requerer informações parciais. Isto significa que se há informação sobre algumas categorias de custos e não sobre outras, podem ser somados os custos provenientes das categorias para as quais existam informações. Suas duas principais desvantagens são a arbitrariedade das categorizações e o risco da inclusão de um mesmo custo em duas categorias diferentes, gerando uma dupla contabilidade.

A metodologia de contagem ganhou força na década de 1990, a partir de seis estudos de caso realizados pelo BID na América Latina. Estes

seis estudos de caso foram resultados da investigação realizada pela Rede de Centros de Investigação do BID, tendo como pano de fundo os seguintes países: Colômbia (CEDE-UNIANDES, 1997), El Salvador (CRUZ & ROMANO, 1997), México (FUNDACIÓN MEXICANA PARA LA SALUD, 1997), Peru (INSTITUTO APOYO, 1997), Venezuela (IESA, 1997) e Brasil, sendo este último o objeto da próxima subseção.

Os custos econômicos da violência diferem entre os países estudados, variando de 5,1% do PIB do Peru a 24,9% do PIB salvadoreño, o que denota a diversidade das formas de manifestação da violência na América Latina. El Salvador e Colômbia são os países onde a violência corresponde às maiores proporções do PIB, respectivamente, 24,9% e 24,7%. El Salvador é um país caracterizado pela cultura da violência, fruto de vários anos de guerra civil, enquanto na Colômbia a violência se profissionalizou mais do que em qualquer outro lugar do mundo e está relacionada ao narcotráfico, ao paramilitarismo e às guerrilhas.

México, Venezuela e Brasil apresentam uma predominância de violência urbana, concentrada nas grandes cidades com perdas percentuais do PIB de 12,3%; 11,8%; e 10,5% respectivamente. No Peru, a violência é considerada "artesanal" com baixa letalidade e relativamente baixos custos sobre a economia (5,1% do PIB).

A Abordagem dos Custos de Criminalidade no Brasil

Dos raros estudos envolvendo a temática de custos da criminalidade no Brasil, os primeiros trabalhos privilegiaram o enfoque parcial. Teixeira (1995) estimou os custos da criminalidade no Brasil, considerando apenas os gastos do setor privado com segurança e seguridade privada. Em 1994, estes gastos chegaram a US\$ 28 bilhões, o que correspondeu a 6,41% do PIB do país. As variáveis que entraram no cômputo foram: seguros em geral (proteção a

fábricas, residência, pagamentos de resgates) - US\$ 4.620 bilhões; seguro contra roubos e furtos de automóveis - US\$ 6.380 bilhões; sistemas privados de segurança nacionais, vigilância e transporte de valores - US\$ 15 bilhões; importações de armas sofisticadas e sistemas privados de segurança - US\$ 1 bilhão; e pagamentos de resgates por seqüestros e extorções por "segurança" - US\$ 1 bilhão.

Num outro trabalho, Teixeira (1997) estimou o impacto da criminalidade sobre o setor de turismo através de uma análise comparativa do fluxo de turistas no Brasil e na Argentina entre os anos de 1987-94. Conforme a tabela 1, o número de turistas que chegou à Argentina, em 1987, foi bastante inferior ao número de turistas que visitaram o Brasil. Porém, os argentinos, no período 1987-94, fizeram avanços consideráveis neste setor, sendo o resultado expresso pelo número de visitantes, que passou de menos de 2 milhões para 4,5 milhões, significando um crescimento de 150%.

Entretanto, a entrada de turistas em território brasileiro no período analisado estagnou ou decresceu. De dois milhões de turistas, em 1987, o Brasil teve esse número reduzido para pouco mais de 1 milhão de turistas em 1990, ou seja, a redução foi praticamente de 50%. A partir de então iniciou-se uma pequena reação, que levou o país a alcançar, em 1994, 1,6 milhão de turistas, um número relativamente próximo ao de 1987.

Enquanto a Argentina faturou no período considerado cerca de US\$ 23,5 bilhões, o Brasil apresentou ganhos de apenas US\$ 11,6 bilhões, ou seja, quase a metade. De acordo com Teixeira (1997), a principal causa deste diferencial de comportamento turístico entre Brasil e Argentina é o avanço exponencial da violência no território brasileiro e a consequente difusão das imagens dessa barbárie no exterior. A prova disso é que o país registrou, em 1996, cerca de 50 mil homicídios, ao passo que

³ As metodologias de preços hedônicos e valoração contingente diferem do método de contagem na medida em que elas estimam um outro aspecto dos custos da criminalidade: a disposição dos indivíduos em pagar para se sentirem mais seguros.

Tabela 1 - Entrada de Turistas no Brasil, Argentina e no Mundo, no Período de 1987- 94

Anos	Brasil (milhares)	Varição anual (%)	Argentina (milhares)	Varição anual (%)	Mundo (milhares)	Varição anual (%)
1987	1.929	-	1.800	-	350.000	-
1988	1.742	-9,7	2.200	22,2	400.000	14,3
1989	1.402	-19,5	2.500	13,6	410.000	2,5
1990	1.091	-22,2	2.750	10,0	440.000	7,3
1991	1.192	9,3	3.000	9,1	450.000	2,3
1992	1.420	19,1	3.300	10,0	460.000	2,2
1993	1.500	5,6	3.500	6,1	480.000	4,3
1994	1.600	6,7	4.500	28,6	500.000	4,2
Evolução 1987-1994		-17,1		150,0		42,9

Fonte: Teixeira (1997).

a Argentina teve apenas 400 e os chilenos somente 300.

Com relação ao enfoque global, em 1998, o Instituto de Estudos da Religião (ISER), que compõe a Rede de Centros de Investigação do BID, estimou os custos da criminalidade no Brasil, fundamentalmente no município do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, as estatísticas de criminalidade são alarmantes, já que os homicídios, principal causa específica de morte no conjunto de óbitos, aumentaram de 33,4% em 1980 para 45,2% em 1988. Na década de 1990 este quadro se agravou, chegando a 800 óbitos por mês em decorrência de causas externas.

Foram estimados os custos mensuráveis, diretos e indiretos, associados ao impacto da violência e divididos da seguinte forma: custos das perdas materiais decorrentes da violência; custos legais, judiciais e com aparato de segurança; gastos em atendimento médico às vítimas da violência; e perdas de produção associadas ao impacto da violência sobre o mercado de trabalho. O custo global da violência foi estimado em aproximadamente US\$ 2 bilhões, o que correspondeu a 5% do PIB do município do Rio de Janeiro em 1995. Do total de custos da violência, 40% são provenientes de atendimentos médicos às vítimas e anos perdidos por incapacidade e morte prematura. O custo dos anos perdidos por morte prematura (APMP) impressiona e está ligado à alta letalidade da violência intencional no município do Rio de Janeiro.

Um outro estudo que utilizou o

enfoque global foi o realizado por Khan (1999), que estimou os custos da criminalidade no estado de São Paulo. Para tanto, ele dividiu-os em três categorias específicas: a) gastos efetuados pelos cidadãos, através de impostos que são alocados no combate ao crime; b) gastos efetuados por indivíduos ou empresas na compra do bem "segurança" ou perda de patrimônio direta; e c) perdas da sociedade devido ao medo da violência e outros custos intangíveis.

No total, os custos da violência em São Paulo atingiram o montante de R\$ 8,96 bilhões, ou seja, cerca de 3% do PIB estadual (R\$ 292,31 bilhões em valores de 1997). Os gastos efetuados pelos cidadãos através de impostos, também denominados indiretos, foram os mais expressivos e perfizeram um total de R\$ 4,200 bilhões. Nesta categoria, o maior dispêndio ficou por conta da Secretaria de Segurança Pública, com 85,4% do total, seguido da Secretaria de Administração Penitenciária, com 11,1% do total.

Entre os gastos e as perdas por parte da população, os valores foram estimados em R\$ 4,757 bilhões. Dentre estes custos, o maior ônus ficou por conta do investimento em vigilância privada, que teve 60,6% do total. Logo em seguida vieram os gastos relativos aos veículos (seguros, roubos, furtos e equipamentos de segurança), que juntos somaram R\$ 1,676 milhão, ou seja, 35,2% do total deste grupo.

Em relação às perdas decorrentes de morte prematura em função da violência, foi estimado que 93% das vítimas eram homens e que eles

ganhavam pelo menos um salário mínimo mensal (R\$ 1.440 ao ano) e que continuariam a ganhar o mesmo pelo resto de suas vidas. Assim, chegou-se a um total de perdas por mortes prematuras em decorrência de homicídios de R\$ 508.089.600,00 para homens e de R\$ 46.327.680,00 para mulheres, totalizando R\$ 554.417.280,00 em 1998.

Recentemente, Rondon (2003) utilizou a metodologia de contagem e dividiu os custos totais do crime em endógenos e exógenos. Os custos endógenos são aqueles resultantes da ação do crime, sendo controlados apenas indiretamente pelos indivíduos e Estado. Estes custos foram subdivididos da seguinte forma: recursos destinados ao atendimento médico das vítimas da violência; montante de bens furtados e roubados; renda que potencialmente seria auferida pelas vítimas fatais do crime; e impacto da violência sobre a expectativa de vida da população. Por sua vez, os custos exógenos são os gastos públicos e privados no combate ao crime e estão subdivididos em três subgrupos de despesas: gastos em segurança pública, gastos privados na contratação de mão-de-obra de segurança, e seguros voluntários de veículos.

Os custos exógenos corresponderam a aproximadamente 2,2% do PIB de Belo Horizonte em 1999. Dentre esses custos, os gastos com segurança pública (37,8% do total) representam o maior montante. Por sua vez, os custos endógenos representaram aproximadamente 1,86% do PIB da capital mineira. Este percentual deveu-se principalmente a renda potencial das vítimas fatais da violência, responsável por 25,9% do total. O custo total foi de R\$ 883.553.714,00, o que significa que 4,1% do PIB de Belo Horizonte são perdidos com a criminalidade.

A Criminalidade nas Capitais Brasileiras: Um Breve Panorama

A taxa de homicídios por 100.000 habitantes é o indicador utilizado para que se possa representar e comparar o nível de criminalidade entre as capitais brasileiras. Apesar de não

ser o único parâmetro de violência, o homicídio é o indicador mais usado para determinar os níveis de criminalidade de um município ou país, já que é ato violento de maior gravidade e de visibilidade pública e, além disso, ele se mostra com maior precisão nas cifras correspondentes a criminalidade violenta.

Para que se possa analisar e comparar a evolução da taxa de homicídios nas capitais brasileiras, foram calculadas as taxas de homicídios no triênio 1996-98, tendo como fonte o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O uso dessa base de dados é a mais adequada por quatro razões básicas: 1) os seus dados e procedimentos são públicos; 2) eles seguem critérios internacionais, no caso os da Classificação Internacional de Doenças (CID); 3) eles cobrem todos os municípios do Brasil; e 4) é possível se ter acesso ao banco de microdados (CARNEIRO & FAJNZYLBER, 2001).

As informações do SIM são codificadas de acordo com a nona revisão (CID-9) de 1979 a 1995, e pela décima revisão (CID-10) de 1996 em diante. Desta forma, as taxas médias de homicídios foram calculadas a partir da CID-10⁴. Neste sentido, a maior taxa média de homicídios no triênio 1996-98 é a da capital de Pernambuco, Recife, que apresentou uma taxa média de 104,61 por 100.000 habitantes, ou seja, muito superior a média brasileira, que foi de 27,44 por 100.000 habitantes. Em seguida, surge Vitória como a segunda capital mais violenta do país com uma média de homicídios de 98,39 por 100.000 habitantes. Após a capital capixaba, aparecem Rio de Janeiro e São Paulo, com taxas médias de respectivamente 77,19 e 61,05 por 100.000 habitantes. Florianópolis é a capital com a menor taxa média de homicídios: 11,03 por 100.000 habitantes entre 1996-98.

Curitiba ocupou uma posição intermediária no "ranking" de homicídios no período analisado. A capital do estado do Paraná apresentou uma taxa média de homicídios de 25,98 por 100.000 habitantes, que é um pouco inferior à média brasileira.

A Divisão dos Custos de Criminalidade em Curitiba

Conforme mencionado anteriormente, na metodologia de contagem se faz necessário categorizar os custos da criminalidade previamente, ficando a critério do pesquisador escolher a forma mais adequada. Neste artigo, os custos da criminalidade estão divididos em três grupos específicos: encargos públicos (encargos privados indiretos), encargos privados diretos e perdas sociais.

Os encargos públicos correspondem aos gastos do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal no combate e na prevenção da criminalidade em Curitiba. A maior parte destes gastos tem como fonte os tributos pagos pelos cidadãos, sendo que uma pequena parcela dos gastos do governo e do município é financiada através de fundos especiais. Porém, mesmo tais fundos quase sempre utilizam recursos advindos dos cidadãos, como por exemplo as multas de trânsito. Portanto, os governos estadual e municipal são considerados meros alocadores de recursos, que são financiados diretamente pelos indivíduos. Neste sentido, os encargos públicos também podem ser denominados encargos privados indiretos.

Estes encargos públicos são subdivididos em quatro itens: gastos com segurança pública; gastos com custódia e reintegração social de presos; gastos judiciais; e gastos com saúde. Os gastos com segurança pública têm como fonte o Orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba e o Balanço Geral do governo do estado do Paraná de 2001, além do Orçamento do governo do estado do Paraná de 2001. Os gastos com custódia e reintegração social de presos também têm origem no Balanço Geral do Governo do Estado do Paraná em 2001. Já os gastos judiciais são representados pelos vencimentos médios de juízes, promotores, procuradores e advogados da Defensoria Pública alocados nas repartições ligadas a área criminal em

Curitiba, tendo como fonte o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Paraná em 2005. Por sua vez, os gastos com a saúde correspondem aos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) aos hospitais públicos e privados de Curitiba para os cobrir os custos ambulatoriais e de internações dos indivíduos vítimas de violência em 2002.

Os encargos privados diretos são a parcela paga pelos cidadãos em equipamentos de segurança, seguros, e mão-de-obra profissional para se prevenir do crime. Estes encargos estão subdivididos em duas categorias: gastos com seguros e equipamentos de segurança, e gastos com profissionais de segurança. Os gastos com seguros e equipamentos de segurança foram mensurados através da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002-2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por sua vez, os gastos com profissionais de segurança⁵ foram estimados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2002, que também é realizada pelo IBGE.

As perdas sociais representam o prejuízo, em termos de capital humano, estendido a toda a sociedade, devido aos óbitos que tiveram como causa a violência. Este desperdício é medido através de duas formas: os anos médios de vida perdidos e a renda potencial perdida pelo indivíduo que foi vítima da violência.

Os anos médios de vida perdidos são calculados através de uma fórmula derivada daquela utilizada pela OECD (*Organisation for Economic Cooperation and Development*) no cálculo dos anos de vida perdidos para diversos países. Esta fórmula necessita de dados relativos ao número de habitantes em Curitiba separado por sexo (IBGE, 2000) e de informações sobre as vítimas da violência, que são encontradas no SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade).

Já o cálculo da renda potencial perdida se subdivide em dois dife-

⁴ Ver os códigos selecionados segundo a CID-10 no Anexo 1.

⁵ Os tipos de vigias selecionados na PNAD 2002 estão no Anexo 2 deste artigo.

rentes cruzamentos: sexo por faixa etária e sexo por anos de estudo. Neste sentido, são cruzadas as informações de renda média por sexo e faixa etária, e renda média por sexo e anos de estudo da população da região metropolitana de Curitiba (estimadas pela PNAD 2002), com as mesmas informações relativas à vítima da violência em Curitiba, de acordo com os dados do SIM.

Esta divisão dos custos da criminalidade em Curitiba se mostra relevante por duas razões básicas. A primeira é que ela permite que a sociedade visualize o quanto se é gasto com a segurança pública em relação à segurança privada, o que proporciona uma avaliação da efetividade dos gastos públicos. Assim, os governantes, das esferas municipal e estadual, podem corrigir erros na alocação de recursos e planejar políticas integradas de combate ao crime em pontos específicos. A segunda é que esta divisão também é interessante ao apresentar de forma desagregada o potencial produtivo desperdiçado, que poderia estar contribuindo para o desenvolvimento econômico do município e, conseqüentemente, do país. Desta forma, pode ser comparado o montante gasto com o total desperdiçado em decorrência da criminalidade na capital do Paraná.

Encargos Públicos

Os encargos públicos (encargos privados indiretos) estão subdivididos em: gastos com segurança pública, gastos com custódia e reintegração social de presos, gastos judiciais e gastos com saúde.

Gastos com Segurança Pública

De acordo com o Balanço Geral do Governo do Estado do Paraná, os gastos com segurança pública, em 2001, representaram um total de R\$ 577.202.059,62⁶. Deste valor, retirando-se R\$ 45.591.418,95 referentes à despesa com a Defesa Civil, que não está relacionada ao montante gasto com o crime, têm-se os gastos da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) que somaram R\$ 531.610.640,67, sendo distribuídos conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2 - Gastos da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) por Item de Despesas em Curitiba - 2001

Despesas	Gastos (R\$)	%
Policciamento	407.684.558,41	76,69
Normatização e Fiscalização	116.651.510,71	21,94
Administração Geral	2.927.713,40	0,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.540.305,92	0,29
Informação e inteligência	1.493.151,34	0,28
Ensino Profissional	1.313.400,89	0,25
Total	531.610.640,67	100,00

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2001a).

Tabela 3 - Distribuição dos Recursos segundo Diferentes Áreas em Curitiba - 2001

Áreas	Valor (R\$ milhões)
Encargos Especiais	3.016
Educação	1.472
Assistência previdenciária	1.405
Segurança Pública	531
Saúde	518

Fonte: Governo do Estado do Paraná (2001a).

Pode-se perceber que a maior parte dos gastos é com policiamento (76,69%) e com normatização e fiscalização (21,94%). Segundo o Orçamento do governo do estado do Paraná em 2001, do total orçado, a maior parte dos gastos seriam destinados a despesas com pessoal, e manutenção das estruturas existentes. Apesar dos investimentos apresentarem uma evolução de 876% entre os anos de 2000 e 2001, estes atingiram o patamar de apenas 9,42% dos recursos dotados na unidade principal do órgão de segurança do estado em 2001. Isso significa estruturas limitadas, deterioração daquelas já existentes, policial despreparado, cidadão desprotegido, e

segurança pública desacreditada (TCE, 2002).

Segundo o TCE - Tribunal de Contas do Estado do Paraná - (2002), a falta de investimentos nos últimos anos não tem sido o único dos problemas na área administrativa e operacional da segurança das Polícias Civil e Militar. As deficiências de controle interno verificadas são significativas e comprometem o bom funcionamento do sistema, propiciando oportunidades para a ocorrência de fraudes, desvios, uso indevido de bens e dinheiro público. Um exemplo deste grave problema é o repasse insuficiente de recursos das fontes vinculadas pelo Tesouro Estadual aos Fundos Especiais de segurança pública⁷.

Apesar da escassez de recursos para investimentos, o montante gasto com segurança pública é o quarto maior entre todas as áreas, superando inclusive o dispêndio com saúde (tabela 3).

Para se chegar ao montante de gastos da SESP em Curitiba, utiliza-se como *proxy* a proporção de policiais das Polícias Civil e Militar na capital paranaense em relação ao restante do estado. Segundo a Polícia Militar do Paraná (2005) e a Polícia Civil do Paraná (2004), dos 16.325

⁶ Todo o montante gasto pelo estado do Paraná com segurança pública está vinculado ao Programa Comunidade Segura do Governo do Paraná. Este programa se subdivide em vários subprogramas: o SESP 2000; o Cidadania e Justiça; o Parceria da Paz; o Policial na Rua; e o Policial Preparado. Estes subprogramas têm como objetivo combater o crime e garantir a manutenção da ordem social.

⁷ Os Fundos Especiais foram criados com o objetivo de dar ênfase a um determinado programa ou atividade, maximizando recursos e esforços na busca dos objetivos pertinentes. Por isso, os mesmos são vinculados por leis específicas a determinadas fontes de receitas. No caso das Polícias do Paraná, existem dois fundos especiais: o Funsrespol, que é o fundo de reequipamento da Polícia Civil e o Funpm, que é o fundo destinado a cobrir despesas da Polícia Militar.

policiais das duas corporações, 4.214 estão alocados em Curitiba⁸. Assim, dos R\$ 531.610.640,67 destinados pela SESP no combate ao crime no estado, 25,81% foram alocados em Curitiba, o que perfaz um total de R\$ 137.208.706,36.

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba (2001), R\$ 18.042.000,00 foram destinados à segurança pública. Deste total, R\$ 14.999.000,00 (83,13% do total) são referentes a gastos efetivados somente pela Prefeitura de Curitiba e R\$ 3.043.000,00 (16,87% do total) são provenientes do Programa Rede Integrada de Segurança, que é uma parceria entre a Prefeitura de Curitiba e a SESP.

Deste total gasto, R\$ 14.635.000,00 (81,12% do total) correspondem a encargos e salários pagos, sendo boa parte deste montante alocado na manutenção da guarda municipal, que é responsável pela segurança do patrimônio público do município, além de auxiliar a SESP. Portanto, os gastos com segurança pública em Curitiba no ano de 2001 perfizeram um total de R\$ 155.250.706,36, sendo que R\$ 137.208.706,36 (88,38% do total) foram efetuados pelo governo do estado do Paraná através da SESP e R\$ 18.042.000,00 (11,62% do total) foram de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Gastos com Custódia e Reintegração Social de Presos

Segundo o Balanço Geral do Governo do Estado do Paraná em 2001, no que se refere à Administração Global da Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, o gasto com custódia e reintegração social dos detentos nas penitenciárias⁹ chegou ao total de R\$ 50.363.696,53 em 2001. Para se mensurar o gasto com custódia e reintegração social do detento em Curitiba, utiliza-se como *proxy* a proporção de detentos na capital paranaense em relação ao estado do Paraná como um todo.

Em Curitiba, existem quatro penitenciárias: Casa de Custódia de Curitiba, Centro de Observação Criminológica e Triagem, Penitenciária Feminina de Regime Semi-aber-

Tabela 4 - Gastos Relativos aos Vencimentos Médios de Profissionais da Área Judicial Criminal em Curitiba - 2002

Cargo	Número de profissionais	Rendimento Médio (em salários mínimos)	Rendimento Estimado (em R\$)
Juiz	19	55,31	2.522.136,00
Promotor	33	53,98	4.275.216,00
Advogado da Defensoria Pública	15	11,11	399.960,00
Total			7.197.312,00

Fonte: Elaboração própria com dados da Defensoria Pública do Paraná (2005), do Ministério Público do Paraná (2005), do Tribunal de Justiça do Paraná (2005) e da RAIS (2003).

to do Paraná, e Penitenciária Provisória de Curitiba. De acordo com o DEPEN-PR – Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - (2005), do total de 7.977 presos nas penitenciárias paranaenses, aproximadamente 1.372 (17,2%) estão detidos em Curitiba. Assim, os gastos com a custódia e reintegração social de presos na capital do Paraná foram estimados em R\$ 8.662.555,80 no ano de 2001. Foi suposto aqui que a distribuição dos presos nas penitenciárias do Paraná seja praticamente a mesma nos anos de 2001 e 2005.

Cabe aqui ressaltar que o sistema prisional paranaense apresenta alguns problemas, que norteiam a maioria dos estados brasileiros. Os principais fatores concentram-se na superlotação do sistema prisional, motivada pela falta de investimentos em novas instalações. Para se ter uma idéia o déficit de vagas, em dezembro de 2001, nas penitenciárias do estado do Paraná era da ordem de 6.848 (TCE, 2002).

Gastos Judiciais

Para se determinar os gastos judiciais decorrentes da criminalidade em Curitiba, foram levantados e contabilizados quantos são e a remuneração média dos profissionais da área judicial criminal na capital paranaense. De acordo com a Defensoria Pública do Paraná, existem, em 2005, 11 advogados nas Varas Criminais da Comarca de Curitiba.

Existe ainda 1 advogado da Defensoria Pública em cada uma das 4 penitenciárias da capital paranaense.

Segundo o Tribunal de Justiça e Ministério Público do Paraná, existem na Comarca de Curitiba aproximadamente 33 promotores e 19 juizes em repartições de justiça ligadas a área criminal (tabela 4). São elas: varas criminais, varas de execuções penais, varas de inquéritos policiais, varas de adolescentes infratores, juizados especiais criminais, promotorias de investigações criminais, e SESP.

A partir das informações obtidas acima, é estimado o gasto total com vencimentos de profissionais de justiça em Curitiba no ano de 2002, tendo como base o rendimento médio (em salários mínimos¹⁰) por função, que é estabelecido na Relação anual de informações sociais do Ministério do Trabalho - RAIS (2003).

Entre os gastos judiciais, conforme a tabela 4, a maior cifra ficou por conta do rendimento estimado dos 33 promotores da área criminal, que corresponde a R\$ 4.275.216,00 (59,40% do total). Em seguida, estão os vencimentos dos juizes e advogados da Defensoria Pública, que contabilizaram um total de R\$ 2.522.136,00 (35,04%) e de R\$ 399.960,00 (5,56% do total) respectivamente.

Gastos com Saúde

Os gastos com saúde em decorrência da violência são estimados

⁸ Os gastos se referem ao ano de 2001, porém a proporção das corporações das polícias de Curitiba em relação ao restante do estado é relativa aos anos de 2004 e 2005. Considera-se aqui que a proporção de policiais civis e militares na capital em relação ao restante do estado não se modificou de forma significativa no curto período de tempo.

⁹ Os gastos com custódia e reintegração social dos presos fazem parte do Projeto Paraná Mais Justiça da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

¹⁰ Como o cálculo se refere ao ano de 2002, foi considerado o salário mínimo daquele ano: R\$ 200,00.

através dos dados coletados junto ao Movimento de Autorização de Internação Hospitalar (MAIH) e ao Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) do Ministério da Saúde.

O MAIH e o SIA abrangem os hospitais públicos e os hospitais privados conveniados e contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o ISER (1998), 73,7% dos brasileiros utilizam o SUS, enquanto 26,3% utilizam o mercado suplementar de saúde. Portanto, considerando-se que Curitiba apresenta uma distribuição próxima à brasileira, ou ainda uma maior porcentagem de pessoas que não tem o SUS como única alternativa de acesso a saúde, os gastos estão sendo subestimados. Neste sentido, a estimativa do custo da atenção institucional às vítimas da violência na capital paranaense, devido à inexistência de dados abrangentes, estará necessariamente subestimada.

Além disso, os valores repassados pelo SUS, através do MAIH e SIA, subestimam de forma contundente os custos reais dos serviços médicos prestados e até mesmo o gasto público nestas atividades. Estes repasses, provenientes de fontes federais, não constituem a única fonte de recursos para as unidades prestadoras do SUS, pois estados e municípios também contribuem com cerca de 26% do gasto público total. Do financiamento às unidades públicas prestadoras de serviços, os recursos federais repassados são geralmente utilizados para cobrir os gastos operacionais com materiais e serviços, enquanto que a maior parte do gasto com pessoal é coberta pelo orçamento da própria unidade, proveniente do Tesouro Estadual ou Municipal.

Assim como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o MAIH utiliza a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças, CID-10, para classificar o motivo da internação. De acordo com as informações provenientes do MAIH, ocorreram em 2002, 315 internações em Curitiba, tendo como causa a violência. Esse número de internações gerou um gasto de R\$ 374.241,62,

Tabela 5 - Gastos com Equipamentos de Segurança e Seguros em Curitiba - 2002/2003

Itens	Despesa (R\$)	%
Seguros		
Seguro Voluntário de veículo	62.115.237,35	91,67
Seguro sobre o imóvel (domicílio principal e outros imóveis)	3.162.658,84	4,67
Seguro de cartão de crédito	25.682,68	0,04
Equipamentos de Segurança		
Portão	1.329.446,50	1,96
Alarme e tranca	961.084,77	1,42
Conserto de portão eletrônico (mão-de-obra)	164.066,71	0,24
Total	67.758.176,85	100,00

Fonte: Elaboração própria com dados da POF (2002-2003).

com uma média de R\$ 1.188,07 por internação. A média de permanência dos lesionados nos hospitais foi de 4,3 dias.

Os gastos com atendimentos de emergência e ambulatoriais do SAI, diferentemente do MAIH, não discriminam de forma tão desagregada a causa do atendimento. Para que seja determinada a cifra gasta em atendimentos de emergência e ambulatoriais no município de Curitiba, utiliza-se como aproximação a proporção de internações que tiveram como causa a violência em relação ao total de internações. Essa aproximação se justifica, pois para cada internação financiada pelo SUS existem geralmente atendimentos de emergência e ambulatoriais relacionadas à mesma.

Em 2002, o total de gastos em atendimentos ambulatoriais e de emergência do SIA em Curitiba foi de R\$104.364.576,95. Foram realizadas 14.318 internações na capital paranaense nesse mesmo ano. Deste total de internações, 313 (2,186%) foram em decorrência da violência especificada de interesse neste trabalho. Assim, chega-se ao montante de R\$ 2.281.471,75 gastos em atendimentos de emergência e ambulatoriais no ano de 2002 em Curitiba. Portanto, o gasto total com saúde decorrente da violência em Curitiba no ano de 2002 foi de R\$ 2.655.713,37. Deste valor estimado, R\$ 2.281.471,75 (85,91%) tiveram como origem os atendimentos de emergência e ambulatoriais do SIA. O res-

tante, R\$ 374.241,62 (14,09%), correspondeu aos gastos com a internação hospitalar das vítimas da violência em Curitiba.

Encargos Privados Diretos

Os encargos privados diretos são subdivididos em duas categorias: os gastos com seguros e equipamentos de segurança e os gastos com profissionais de segurança.

Gastos com Seguros e Equipamentos de Segurança

Os gastos com seguros e equipamentos de segurança foram estimados através da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)¹¹ realizada pelo IBGE no período de julho de 2002 a junho de 2003.

Como observado na tabela 5, os dispêndios com seguros representaram um montante de R\$ 65.303.578,87 (96,38% do total), constituindo-se no maior gasto do orçamento dos curitibanos com a prevenção da criminalidade. Entre os gastos com seguros mensurados, os seguros voluntários de veículos representaram um total de R\$ 62.115.237,35 (95,12% dos gastos com seguros e 91,67% do total), sendo assim o item de maior dispêndio por parte dos consumidores. Já os seguros sobre os imóveis (principal e outros imóveis) somaram um total de R\$ 3.162.658,84 (4,84% dos gastos com seguros e 4,67% do total). Por sua vez, os gastos com seguros de cartões de crédito corresponderam

¹¹ Para a manipulação da POF, foi utilizado o software estatístico SPSS.

ao montante de R\$ 25.682,68 (0,04% dos gastos com seguros).

Os gastos com equipamentos de segurança somaram R\$ 2.454.597,98 (3,62% do total). Entre estes equipamentos de segurança, a aquisição de portões representou o maior gasto do orçamento, que foi de R\$ 1.329.446,50 (54,16% dos gastos com equipamentos de segurança e 1,96% do total). Em seguida, aparecem os dispêndios com alarmes e trancas e conserto de portões eletrônicos, representando respectivamente R\$ 961.084,77 (39,15% dos gastos com equipamentos de segurança e 1,42% do total) e R\$ 164.066,71 (6,69% dos gastos com equipamentos de segurança e 0,24% do total).

Gastos com Profissionais de Segurança

Os gastos dos consumidores com a prevenção da criminalidade através da contratação de profissionais de segurança são representados pelos vencimentos de vigias. Estes vencimentos foram estimados através da PNAD¹² do ano de 2002.

O montante gasto pela população da região metropolitana de Curitiba com a contratação de vigias atingiu a cifra de R\$ 97.388.880,00 em 2002, sendo que os vencimentos variaram na amostra da região metropolitana de R\$ 160,00 a R\$ 1.600,00 com a maior incidência de salários no valor de R\$ 580,00 (22,9% do total).

Tendo em vista que os dados da PNAD estão agregados no âmbito da região metropolitana de Curitiba, utilizou-se a proporção da população de Curitiba no total da região metropolitana com o propósito de se obter os vencimentos dos vigias da capital paranaense. Isto leva a supor que a proporção de vigias é a mesma da população total. De acordo com o IBGE (2000), a população de Curitiba corresponde a 57,34% do total da população da região metropolitana¹³. Conseqüentemente, os gastos com os vencimentos de vigias foram estimados em R\$ 55.842.783,79 no ano de 2002.

Perdas Sociais

As perdas sociais se subdividem em duas categorias específicas: anos

médios de vida perdidos e renda potencial perdida das vítimas da violência em Curitiba.

Anos Médios de Vida Perdidos

Os anos médios de vida perdidos são uma medida da perda de bem-estar social associada a uma determinada causa. Neste trabalho, o cálculo deste índice tem como objetivo medir a perda de bem estar da população curitibana devido aos óbitos, que tiveram como causa a violência.

Segundo Andrade e Lisboa (2000), o método de cálculo dos anos médios de vida perdidos constitui-se basicamente de uma média ponderada, obtida pela soma do número de indivíduos em cada idade, multiplicada pelo número de anos de vida esperados que cada indivíduo deveria viver, divididos pelo total de indivíduos da população nesta mesma idade. Portanto, este índice mensura quanto anos de vida esperados em média um indivíduo perde como conseqüência da violência.

Este método é uma derivação da fórmula utilizada pela OECD no cálculo dos anos de vida perdidos para diversos países. Um problema na construção deste índice é a suposição de que haja um equilíbrio estacionário da população. Se o país estiver passando por uma transição demográfica, este cálculo pode superestimar a perda de bem-estar social. Porém, apesar de ser um problema reconhecido na literatura, não é usual a correção da não-estacionariedade da população.

A equação utilizada para o cálculo do índice é dada por:

$$AP_t = \frac{\sum_{a=0}^l (E(a)) \times da_t}{P_{at}}, \text{ onde:}$$

AP_t = anos médios de vida perdidos devido à violência no período "t" em determinada economia;

$E(a)$ = esperança de vida condicionada à idade "a";

da_t = número de mortes em decorrência da violência com idade "a";

l = idade de referência da população;

P_{at} = número total de indivíduos com a idade "a" no período "t".

A esperança de vida condicionada, $E(a)$, tem como base a tábua de vida construída pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico - (2005) para a mesorregião metropolitana de Curitiba entre os anos de 1990-2000¹⁴.

O número de mortes em decorrência da violência (da_t) com idade "a" totaliza as mortes ocorridas em Curitiba no ano de 2002, tendo como causa a violência. Foram selecionados os códigos e subcódigos provenientes da CID-10 do SIM relacionados com a violência. Já o número total de indivíduos com idade "a" considera a população de homens e mulheres em Curitiba. As faixas etárias da população apresentadas no trabalho foram compatibilizadas de acordo com aquelas encontradas no SIM.

Conforme a tabela 6, pode-se verificar que os anos de vida perdidos, tendo como causa a violência, atingem primordialmente os homens. Em 2002, os homens de Curitiba perderam em média 0,215 ano de suas vidas, enquanto as mulheres apenas 0,022 ano. Verifica-se que a diferença dos anos médios de vida perdidos dos homens em relação às mulheres foi de aproximadamente 0,193 ano (quase 10 vezes maior).

Entre os homens, as faixas etárias de 20 a 29 anos (0,076 ano perdidos em média), 15 a 19 anos (0,071 ano perdidos em média) e 30 a 39 anos (0,029 ano perdidos em média) são as mais atingidas. Isso confirma a tendência de que os homens jovens

¹² A estimação dos salários dos vigias, assim como qualquer outra informação referente à PNAD 2002, se fez uso do *software* estatístico SPSS.

¹³ De acordo com o censo demográfico de 2000, a população de Curitiba é de 1.587.315, enquanto a região metropolitana de Curitiba soma 2.768.394 indivíduos (IBGE, 2000).

¹⁴ A utilização da tábua de vida de 2000 como aproximação da tábua de vida em 2002 se justifica, pois a variação anual da esperança de vida condicionada não é muito expressiva.

Tabela 6 - Anos de Vida Perdidos pela População de Curitiba segundo Sexo e Faixa Etária - 2002

Faixa Etária (anos)	Sexo	
	Masculino	Feminino
0 a 4	0,002	0,002
5 a 9	0,001	-
10 a 14	0,003	0,003
15 a 19	0,071	0,003
20 a 29	0,076	0,006
30 a 39	0,029	0,002
40 a 49	0,019	0,002
50 a 59	0,007	0,002
60 a 69	0,006	-
70 a 79	0,001	0,002
80 ou mais	-	-
Total	0,215	0,022

Fontes: elaboração própria com dados do IBGE (2000) e do SIM (2002).

Tabela 7 - Renda Potencial Perdida pela População de Curitiba segundo Sexo e Faixa Etária em R\$ - 2002

Faixa etária (anos)	Sexo	
	Masculino	Feminino
0 a 4	-	-
5 a 9	-	-
10 a 14	4223,16	1223,64
15 a 19	339.852,00	12.468,48
20 a 29	1.811.571,12	95.495,04
30 a 39	1.111.824,48	54.029,64
40 a 49	887.315,76	51.504,60
50 a 59	293.039,28	31.802,40
60 a 69	146.012,88	-
70 a 79	6.379,44	22.822,20
80 ou mais	-	-
Total	4.600.218,12	269.346,00

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SIM (2002) e da PNAD (2002).

são as vítimas preferenciais do crime. Embora a magnitude seja bem menor, o mesmo ocorre entre as mulheres, pois as jovens de 20 a 29 anos são as que perdem mais anos médios de vidas em decorrência da violência.

Renda Potencial Perdida

A renda potencial perdida mede o desperdício monetário da sociedade decorrente do falecimento dos indivíduos que são vítimas da violência. Estas pessoas mortas poderiam estar contribuindo para o desenvolvimento do município e, conseqüentemente, do país. No presente artigo, este cálculo é realizado de duas formas diferentes, ou seja, atra-

vés do cruzamento de sexo com faixa etária e através do cruzamento de sexo com anos de estudo¹⁵.

Renda Potencial Perdida através do Cruzamento de Sexo com Faixa Etária

A primeira forma de se mensurar a renda potencial perdida é através do cruzamento das variáveis sexo e faixa etária da vítima da violência. As informações sobre sexo e faixa etária da vítima da violência foram obtidas no SIM, segundo os códigos

e subcódigos da CID-10 selecionados. Estas informações foram cruzadas com os rendimentos médios por sexo e faixa etária estimados na capital paranaense através da PNAD em 2002¹⁶.

De acordo com a tabela 7, a renda potencial perdida em Curitiba decorrente da violência atingiu o montante de R\$ 4.869.564,12 em 2002. Confirmando o que já havia sido observado no cálculo dos anos médios de vida perdidos, os homens são responsáveis pela maior parte das perdas: R\$ 4.600.218,12 (94,47% do total). As mulheres vítimas da violência desperdiçam um montante bem menor de renda: R\$ 269.346,00 (5,53% do total).

No que tange as faixas etárias, os homens jovens vitimados respondem pela maior parte da renda perdida, com destaque para as faixas etárias de 20 a 29 anos e 30 a 39 anos. Nestas faixas etárias, as perdas foram de R\$ 1.811.571,12 (39,38% do total de homens) e R\$ 1.111.824,48 (24,17% do total de homens). Entre as mulheres, a faixa etária de 20 a 29 anos é também a que representa o maior percentual de perdas, R\$ 95.495,04 (35,45% do total de mulheres).

Renda Potencial Perdida através do Cruzamento de Sexo com Anos de Estudo

No cálculo da renda potencial perdida através do cruzamento de sexo com anos de estudo, utiliza-se um procedimento similar ao primeiro cálculo, ou seja, as informações sobre sexo e anos de estudo da vítima da violência encontradas no SIM foram cruzadas com os rendimentos médios das vítimas por sexo e anos de estudo estimados na PNAD de 2002.

De acordo com a tabela 8, a renda potencial desperdiçada estimada entre os homens vítimas da violência é infinitamente maior que entre as mulheres: R\$ 4.490.740,44 (95,67% do total) para homens e R\$

¹⁵ Em nenhum dos casos, foi utilizado qualquer tipo de desconto por perdas futuras ou pesos para faixas etárias mais produtivas.

¹⁶ A estimativa obtida pela PNAD corresponde à região metropolitana de Curitiba. Portanto, os salários médios estarão provavelmente subestimados para a capital e superestimados para o restante da região metropolitana.

Tabela 8 - Renda Potencial Perdida pela População de Curitiba segundo Sexo e Anos de Estudo, 2002 (em R\$)

Anos de Estudo	Sexo	
	Masculino	Feminino
Nenhum	47.099,52	17.454,24
1 a 3	1.448.323,80	69.343,68
4 a 7	1.142.812,56	55.142,64
8 a 11	722.574,00	31.369,80
12 ou mais	1.129.930,56	30.071,76
Total	4.490.740,44	203.382,12

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SIM (2002) e da PNAED (2002).

Tabela 9 - Custos da criminalidade como proporção do PIB de Curitiba, 2002

Custos da Criminalidade	Custos (R\$)	% do PIB
Encargos Públicos (Encargos Privados Indiretos)	195.901.869,63	1,40
Segurança pública	176.216.458,07	1,26
Custódia e Reintegração de Presos	9.832.386,19	0,07
Judiciais	7.197.312,00	0,05
Saúde	2.655.713,37	0,02
Encargos Privado Diretos	115.194.340,01	0,82
Seguros e Equipamentos de Segurança	59.351.556,22	0,42
Profissionais de Segurança	55.842.783,79	0,40
Perdas Sociais		
Renda Potencial Perdida (Sexo por Faixa Etária)	4.869.564,12	0,04
Renda Potencial Perdida (Sexo por Anos de Estudo)	4.694.122,56	0,04
Total (Sexo por Faixa Etária)	315.965.773,76	2,26
Total (Sexo por Anos de Estudo)	315.790.332,20	2,26

Fonte: Elaboração própria.

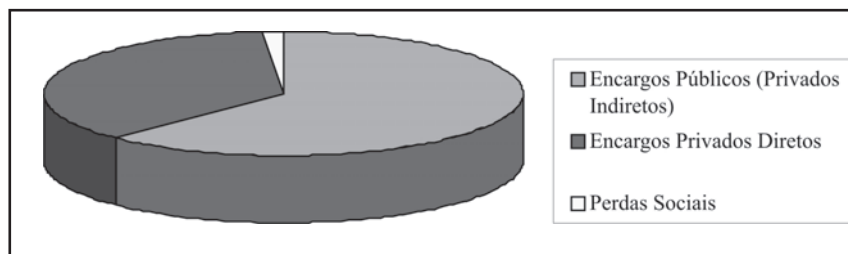


Gráfico 1: Distribuição dos custos da criminalidade em Curitiba - 2002

Fonte: Elaboração própria.

203.382,12 (4,33% do total) para mulheres. Além disso, a maior porcentagem de renda potencial perdida está entre indivíduos com 1 a 3 anos de estudo. Entre os homens, esta faixa de anos de estudo atinge R\$ 1.448.323,80 (32,25% do total de homens) e já entre as mulheres, R\$ 69.343,68 (34,1% do total de mulheres).

Torna-se importante ressaltar que a renda potencial perdida pela vítima da violência estimada por sexo e anos de estudo alcança o valor total de R\$ 4.694.122,56, sendo um pouco inferior àquela mensura-

da através do cruzamento de sexo com faixa etária (R\$ 4.869.564,12).

Curitiba: Os Custos da Criminalidade em 2002¹⁷

Conforme a tabela 9, os custos da criminalidade em Curitiba no ano de 2002 foram estimados em R\$ 315.965.773,76 e R\$ 315.790.332,20, levando-se em consideração, respectivamente, a renda potencial perdida por sexo e faixa etária, e por sexo

e anos de estudo. Ao se analisar os custos do crime como proporção do PIB de Curitiba¹⁸, nos dois cálculos para a renda potencial perdida, o valor estimado alcançou 2,26%.

Na composição dos custos da criminalidade em Curitiba no ano de 2002, o maior montante é referente aos encargos públicos (encargos privados indiretos), que totalizaram R\$ 195.901.869,63 (1,4% do PIB). Entre estes encargos, a maior parte dos recursos, R\$ 176.216.458,07 (1,26% do PIB), foi alocada em segurança pública pelo Governo do Estado do Paraná e pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Os encargos privados diretos foram responsáveis pelo dispêndio de R\$ 115.194.340,01 (0,82% do PIB) pela população de Curitiba, sendo R\$ 59.351.556,22 (0,42% do PIB) referentes aos gastos com seguros e equipamentos de segurança, e R\$ 55.842.783,79 (0,4% do PIB) foram gastos com profissionais de segurança.

A menor parcela dos custos da criminalidade foi em consequência das perdas sociais. A renda potencial perdida por sexo e faixa etária totalizou R\$ 4.869.564,12 (0,04% do PIB), ao passo que a de sexo e anos de estudo atingiu o montante de R\$ 4.694.122,56 (0,04% do PIB).

A distribuição dos custos da criminalidade entre as categorias pré-definidas pode ser melhor observada no gráfico abaixo, que reflete o impacto da violência sobre a vida da população de Curitiba. A maior parte dos custos é relativa aos encargos públicos (61,95% do total), seguidos dos encargos privados diretos (36,28% do total) e das perdas sociais (1,77% do total).

Além dos gastos com a criminalidade, os cidadãos incorrem em algumas perdas decorrentes da violência, particularmente em termos de capital humano. Estas perdas, medidas através dos anos de vida perdidos ou rendas potenciais desperdiçadas das vítimas da violência, foram bem menores que os gastos e permitem traçar o perfil da vítima do cri-

¹⁷ Todos os valores foram atualizados para preços constantes de 2002 de acordo com o IGP-DI.

¹⁸ O PIB de Curitiba, a preços de mercado de 2002, totalizou R\$ 14.002.816.995,00.

me em Curitiba: homem, com faixa etária entre 20 e 29 anos, e com 1 a 3 anos de estudo.

Considerações Finais

Os custos da criminalidade em Curitiba, objeto do presente artigo, foram estimados através da metodologia de contagem e mostraram claramente que o crime atinge de forma considerável o bem-estar social da população curitibana. De fato, os gastos e as perdas decorrentes da criminalidade equivaleram a 2,26% do PIB do município de Curitiba em 2002, sendo os custos do crime divididos em três categorias: encargos públicos (encargos privados indiretos), encargos privados diretos e perdas sociais. Em relação aos encargos públicos, eles foram responsáveis pela maior parcela dos custos da criminalidade em Curitiba, que foi de 1,4% do PIB, sendo seguidos pelos encargos privados diretos, que equivaleram a 0,82% do PIB, e pelas perdas sociais, que foram proporcionais a 0,04% do PIB.

É importante sublinhar que boa parte deste elevado montante de encargos públicos tem origem nos impostos ou taxas pagas pela população, os quais são alocados em segurança pública. Este montante destinado à segurança poderia perfeitamente estar sendo alocado em áreas consideradas prioritárias, como a educação e a saúde. Um aspecto complementar é o fato de que o orçamento do Paraná ter previsto, em 2001, que a maior parte dos recursos alocados em segurança seria referente aos vencimentos de profissionais e à manutenção da atual estrutura, sendo que os investimentos em segurança eram equivalentes a menos de 10% dos gastos públicos efetuados. Isto denota que os recursos destinados à área de segurança dificilmente atenderão a demanda da população curitibana frente ao avanço da criminalidade verificado na capital paranaense.

O resultado imediato deste processo é o fato de que os indivíduos se vêem obrigados a se prevenir da criminalidade através da aquisição de equipamentos de segurança, de

gastos com seguros, e/ou contratação de profissionais de segurança privada. Portanto, neste caso há uma dupla tributação sobre o cidadão, que além de pagar seus impostos para a manutenção da segurança pública, necessita realizar gastos privados para se prevenir do crime, o que demonstra a existência de um processo crescente de privatização da segurança, assim como já vem acontecendo há algum tempo nas áreas de educação e saúde.

Embora a mensuração dos custos da criminalidade em Curitiba seja útil como uma forma possível de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas que almejem a redução da violência, é importante ressaltar que a estimação dos custos da criminalidade em todos os estudos já realizados está, provavelmente, subestimada. Isso ocorre pelo fato de que algumas perdas em termos de capital humano, de mudança de estilo de vida e de produtividade das vítimas da violência, são de difícil mensuração. Além disso, a vida das vítimas da violência, assim como a dor e sofrimento de suas famílias, é um custo impossível de ser medido, até porque o valor da vida é imensurável.

Referências

ANDRADE, M. V. & LISBOA, M. **Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997**. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 2000.

BUVINIC, M. & MORRISON, A. **La violencia como obstáculo para el desarrollo**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.

CARNEIRO, L. P., FAJNZYLBER, P. La criminalidad en regiones metropolitanas de Rio de Janeiro y São Paulo: factores determinantes de la victimización y política pública. In: FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D., LOAYZA, N. (Eds.) **Crimen y violencia em América Latina**. Bogota: Alfaomega, p.197-235, 2001.

CEDE-UNIANDÉS. **Violencia en Colombia: dimensionamiento y políticas de control**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

CRUZ, J. M. & ROMANO, L. E. **La violencia en El Salvador en los noventa: magnitud, costos y factores posibilitadores**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

DATASUS. **Internações, atendimentos de emergência e consultas médicas tendo como causa a violência** [on line]. Disponível na internet via: www.datasus.gov.br, 2002.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Número de advogados na área criminal em Curitiba** [on line]. Disponível na internet via: www.pr.gov.br/dpp, 2005.

DEPEN-PR (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ). **Número de detentos nas penitenciárias de Curitiba** [on line]. Disponível na internet via: www.pr.gov.br/depem, 2005.

FUNDACIÓN MEXICANA PARA LA SALUD. **La violencia en la Ciudad de México: análisis de la magnitud y su repercusión económica**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Balanco Geral**, Paraná, 2001a.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Orçamento**, Paraná, 2001b.

IBGE. **População de Curitiba e região metropolitana**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **PNAD: rendimento estimado**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **POF: gastos estimados, 2002-2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003

IESA. **La violencia en Venezuela: dimensionamiento y políticas de control**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, Oficina del Economista Principal, 1997.

INSTITUTO APOYO. **La violencia intencional en Lima Metropolitana: magnitud, impacto económico y evaluación de políticas de control, 1985-1995**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO). **Tábua de vida da mesorregião metropolitana de Curitiba 1990-2000**, Curitiba: IPARDES, 2005.

ISER (INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO). **Magnitude, custos econômicos e políticas de controle da violência no Rio de Janeiro**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1998.

KHAN, T. **Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 42-48, 1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Número de promotores na área criminal em Curitiba,** [on line]. Disponível na internet via: www.mp.pr.gov.br, 2005.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. **Efetivo de policiais civis em Curitiba.** Curitiba: SESP, 2004.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. **Efetivo de policiais militares em Curitiba.** Curitiba: SESP, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Orçamento.** Curitiba: Secretaria Municipal de Finanças, 2001.

RAIS (RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS). **Vencimentos médios de advogados da Defensoria Pública, juizes e promotores em Curitiba por salários mínimos.** Brasília: Ministério do Trabalho, 2003.

RONDON, V. V. **Custos da criminalidade no município de Belo Horizonte: duas abordagens sobre a perda de bem-estar.** Dissertação de Mestrado, UFMG/Cedeplar, 2003.

SIM (SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE). **Vítimas da**

violência em Curitiba segundo a CID-10. Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde, 2002.

TCE (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ). **Diagnóstico de Segurança Pública.** Curitiba: TCE-PR, 2002.

TEIXEIRA, I. **A macroeconomia da violência.** Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, p. 38-40, maio 1995.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Número de juizes na área criminal em Curitiba,** [on line]. Disponível na internet via: www.tj.pr.gov.br, 2005.

Anexo 1 – Códigos e subcódigos selecionados na CID-10 do SIM

- X85: Agressão por meio de drogas, medicamentos e substâncias biológicas.
- X86: Agressão por meio de substâncias corrosivas.
- X87: Agressão por meio de pesticidas.
- X88: Agressão por meios de gases e vapores.
- X89: Agressão por meio de outros produtos químicos e substâncias nocivas especificadas.
- X90: Agressão por meio de outros produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas.
- X91: Agressão por meio de enforcamento, estrangulamento e sufocamento.
- X92: Agressão por meio de afogamento e submersão.
- X93: Agressão por meio de disparo de arma de fogo.
- X94: Agressão por meio de disparo de espingarda, carabina ou arma de fogo de maior calibre.
- X95: Agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou arma não especificada.
- X96: Agressão por meio de material explosivo.
- X97: Agressão por meio fumaça, fogo e chamas.
- X98: Agressão por meio de vapor de água, gases ou objetos quentes.
- X99: Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante.
- Y00: Agressão por meio de um objeto contundente.
- Y01: Agressão por meio de projeção de um lugar elevado.
- Y02: Agressão por meio de projeção ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento.
- Y03: Agressão por meio de impacto de veículo a motor.
- Y04: Agressão por meio de força corporal.
- Y05: Agressão sexual por meio de força física.
- Y06: Negligência e abandono.
- Y07: Outras síndromes de maus tratos.
- Y08: Agressão por outros meios especificados.
- Y09: Agressão por meios não especificados.
- Y20: Enforcamento, estrangulamento e sufocamento, intenção não determinada.
- Y22: Disparo de pistola, intenção não determinada.
- Y23: Disparo de fuzil, carabina e arma de fogo de maior calibre, intenção não determinada.
- Y24: Disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada, intenção não determinada.
- Y28: Contato com objeto cortante ou penetrante, intenção não determinada.
- Y29: Contato com objeto contundente, intenção não determinada.

Anexo 2 – Código de ocupação 5.173 da PNAD 2002, relacionado à função de vigia

- Agente, assistente, auxiliar, encarregado, fiscal de serviço de segurança.
- Agente de segurança: de aeroporto, ferroviária.
- Agente, guarda, inspetor penitenciário, de presídio.
- Carcereiro.
- Chaveiro (carcereiro).
- Encarregado, fiscal de vigilância (em organizações particulares de segurança).
- Fiscal de vigilância bancária, guarda de banco (em organizações particulares de segurança).
- Guarda de: cais do porto, comporta de canais.
- Guarda, inspetor, líder de vigilância (em empresa particular de segurança).
- Guarda: ferroviário, portuário, valores.
- Guarda-costas.
- Guarda-vigia, ronda, rondante (em organizações particulares de segurança).
- Vigilante: bancário, de aeroporto, de organizações particulares de segurança.



Editoração de livros, jornais e revistas

Criação de fotovídeos a partir de fotografias antigas ou digitais

Conversão de VHS para DVD

Impressão de convites, cartões de visita e mídias de CD e DVD

Tel.: (71) 3356-1920

Av. Dom João VI, 153 - Edifício América - S/204 - Brotas, Salvador, Bahia